



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS -----

----- DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2009 -----

----- **ACTA NÚMERO VINTE E TRÊS** -----

-----No dia vinte do mês de Fevereiro do ano dois mil e nove reuniu, na sede da Associação do Centro Cívico de Vale de Amoreira, a Assembleia Municipal de Manteigas sob a presidência do seu Presidente efectivo, Senhor João Adelino Paixão Salvado, coadjuvado pelos Senhores António Lívio Martins Roque e Ermelinda Salvado, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: **Intervenção do Público.**-----

----- Ponto um, dois: Resposta às questões anteriormente colocadas pelo Público.-----

----- Ponto dois: **Período Antes da Ordem do Dia.** -----

----- Ponto dois, um: Aprovação das actas das sessões anteriores. -----

----- Ponto dois, dois: Leitura resumida do expediente e prestação de informações. -----

----- Ponto três: **Ordem do Dia.** -----

----- Ponto três, um: Aprovação do Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego em Manteigas — Manteigas Pró-Emprego.-----

----- Ponto três, dois: Parecer sobre o interesse público e ausência de alternativas para a construção de um Lar de Idosos em Sameiro. -----

----- Ponto três, três: Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Ponto quatro: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho. -----

----- Ponto quatro, um: Debate sobre o SAP de Manteigas.-----

----- Ponto quatro, dois: Debate sobre o Boletim Municipal.-----

----- Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças [ANEXO 1], para além do Senhor Presidente da Mesa e Senhores Secretários, os Senhores Deputados Municipais: António Santos Ferrão (em substituição do Senhor Deputado Albino Massano Leitão), Horácio Rabaça Gaspar, Albino Saraiva Cardoso, André Craveiro Leitão, Alfredo Serra Carvalho Marcelo (em substituição da Senhora Deputada Fernanda Isento Pereira), Manuel José Correia da Silva Carvalhinho, Armandino Martins Suzano, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Bernardo da Graça Bicha Lemos dos Santos, Nuno Manuel Matos Soares, Umberto Massano Leitão, Luís Miguel Cardoso Direito da Graça, Luís Pedro Matos Soares, José Quaresma Domingos, Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque. -----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente e os Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Manteigas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Os Senhores Deputados Albino Massano Leitão e Fernanda Isento Pereira justificaram a sua falta e solicitaram a respectiva substituição. -----

-----Às **vinte horas e quarenta e cinco minutos**, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão cumprimentando os presentes e informando os senhores deputados que fez distribuir imediatamente antes desta sessão um resumo com vários apontamentos sobre o processo da firma “Da Nascente” [ANEXO 2]. Disse ainda que os senhores deputados terão oportunidade de ler a documentação agora entregue e que este tema será certamente objecto de debate numa próxima oportunidade. Aceitou depois a inscrição dos munícipes que queriam intervir no primeiro ponto da ordem de trabalhos.-----

----- PONTO 1. DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----O Senhor Munícipe Luís Melo, na qualidade de Presidente da Comissão de Compartes da Freguesia de São Pedro, veio aqui tentar obter duas respostas. A Câmara e a Águas do Zêzere e Côa têm vindo a utilizar a água da fonte Paulo Luís Martins desde mil novecentos e noventa e dois, sem qualquer ‘intromissão’ por parte dos Compartes, proprietários do prédio das Moitas, onde esta água nasce. Diz a lei que água que emerge à superfície é água da propriedade onde emerge e este terreno foi registado no artigo matricial número novecentos e um, rústico, São Pedro, em mil novecentos e setenta e seis e chegou à posse da Comissão de Compartes em mil novecentos e oitenta e cinco, por decisão judicial de mil novecentos e oitenta e seis. Disse que esta água tem vindo a ser utilizada para fins de abastecimento público e os Compartes não levantam nenhuma objecção a esse fim — pediu que isto ficasse bem claro e que, quer com ele na presidência, quer com quem quer que seja que o substitua, nunca levantarão esse problema. O que questionam é a posse e titularidade do terreno e da água e a Câmara – esta e a anterior – tem vindo a utilizar esta água, que é propriedade do terreno, sem qualquer comunicação ou consulta ao proprietário do terreno, o que considera grave. Perguntou então se a Câmara tem algum título de registo ou propriedade da água para utilização como bem entender. A outra pergunta prende-se com a publicação, no Notícias de Manteigas, de um anúncio de posse da Casa da Lomba. Que seja do seu conhecimento, esta casa foi construída pelos Serviços Florestais, anteriores administradores do território do Concelho e, como se sabe, os baldios não são titularizáveis por usucapião. Não se preocupou, pois, em contestar a pretensa titularidade que a Câmara pretende utilizar mas pretende saber o significado deste anúncio de posse. -----

-----O Senhor Munícipe Nuno Rosa veio falar em nome dos trabalhadores da empresa ‘Da Nascente’. Foram confrontados a semana passada pela Administração, que lhes transmitiu que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

estão em dificuldades nas negociações com a Câmara Municipal de Manteigas e que os seus postos de trabalho estão em risco. Pede ao Senhor Presidente da Câmara que explique o que se passa realmente e qual é a situação dos trabalhadores.-----

-----O Senhor Presidente pediu que confirmasse se o que disse foi que os postos de trabalho estão em causa por causa das dificuldades nas negociações entre a Administração da 'Da Nascente' e a Câmara Municipal, o que o Senhor Município confirmou.-----

-----O Senhor Município Miguel Paulino, na qualidade de legal representante e Presidente do Conselho de Administração da 'Da Nascente', disse que veio uma vez mais tentar sensibilizar o Executivo camarário, porque até hoje não receberam qualquer resposta às propostas feitas pela empresa nos últimos dois anos e quatro meses. Entregou um texto [ANEXO 3], que passou a ler e eu transcrevo (com a ressalva de ter tomado a liberdade de corrigir os erros ortográficos e optado por não corrigir a pontuação e a sintaxe): «*Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Manteigas § Acusamos a recepção do vosso fax, também concordamos que a CMM esteve sempre disponível para renegociar o contrato com a Da Nascente a questão é que a CMM nunca esteve disponível para decidir e concluir estas negociações. § Dois anos e quatro meses de negociações são muito tempo, e demasiado tempo do ponto de vista empresarial, que efectivamente prejudicaram a Da Nascente. § A CMM tem que ter a noção que esta inércia não se coaduna com as necessidades da população nem com a das empresas privadas, e que mais de dois anos para tomar uma decisão é inaceitável quando se trata de uma empresa que tem um impacte socioeconómico elevado. § Compreendemos também que a CMM tenha que respeitar as regras e procedimentos pelos quais se rege, fazer as análises e consultas, mas também compreendemos que se a CMM teve tempo de mover uma acção judicial contra esta empresa em Setembro com a celeridade de dias, processo esse que poderia ter encerrado a Da Nascente, também já devia ter tido tempo para analisar todas as questões legais deste contrato e tomar uma decisão. § Atempadamente a CMM retirou a acção do Tribunal da Guarda reconhecendo o seu erro, com este processo desperdiçaram dinheiro público, em consultores externos, em taxas de justiça e em tempo, tempo que gastam em acções que em nada abonam o bom nome da CMM e que nós chamamos de má-fé no processo negocial. § Acham que esta empresa e os seus funcionários, que aqui trabalham dia e noite, merecem tal falta de respeito? § No Estado Português existem organismos que supervisionam as leis e a justiça, não é função das Câmaras supervisionarem esta área, por isso não compreendemos a excessiva preocupação e a intromissão da CMM neste campo, em tempos pediram um parecer à Inspeção-Geral de Finanças sobre o contrato existente com a Da Nascente, tal inspeção não encontrou qualquer ilegalidade, mas sim algumas ausências de formas as quais a CMM resolveu, mas a Inspeção-Geral de Finanças deixou algumas advertências uma delas que se*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

deveria alterar o prazo do contrato, uma vez que o actual é 'ad eternum', esta empresa também concordou e propôs conforme contratos da tutela a forma de quarenta anos renovável por mais trinta e mais vinte anos.

§ Propomos também que a empresa tenha acesso a um caudal de água, mínimo, de quarenta e cinco metros cúbicos por hora uma vez que são as suas necessidades para manter o seu nível de serviço e honrar os seus compromissos comerciais. Nestas condições podemos projectar os nossos investimentos e instalar uma capacidade industrial eficiente. Julgo que seja lógico que a empresa não pode depender de uma nascente na qual não pode ter acesso às quantidades de água necessárias para a sua viabilização, transformando-se assim numa empresa pequena e ineficiente. Toda a morosidade deste processo com a CMM trouxe avultados prejuízos a esta empresa e não obstante a chamada de atenção para a nossa situação a CMM manteve-se intransigente na sua posição e arrastou a seu bel-prazer uma decisão que era urgente, mesmo com a nossa insistência que era necessário encerrarmos este assunto antes do fim do ano, que era necessário uma cessão contratual a favor da Glaciár Indústria, s.a., a empresa que detém cem por cento do capital da Da Nascente, que era necessário apresentar aos nossos clientes provas que iríamos ter condições para atempadamente concluir os investimentos. § Nada disto foi suficiente para a CMM e foi uma visão meramente financeira, que a CMM irresponsavelmente arrasta esta situação no tempo, o que não nos permite fazer os investimentos necessários para honrar os nossos compromissos, e garantir assim a nossa continuidade de forma competitiva no mercado. § Excelentíssimos Senhores, estamos aqui a falar de pessoas e pequenas empresas locais que vivem ao nosso lado, pessoas que investem as suas economias em Manteigas, que pagam impostos em Manteigas, e que como sabe Senhor Presidente, o município recebe directamente cinco por cento dos impostos que eles pagam e a totalidade do IVA da hotelaria, e é com estas pessoas e estas receitas que a CMM se deve preocupar pois elas desaparecerão se esta situação se mantiver. § A taxa sobre a água de que falamos é uma receita residual para a CMM, mas a esta empresa permite pagar uma nova linha, um novo armazém, ou adquirir máquinas que nos permitam ganhar eficiência, permite a esta empresa garantir a sua continuidade. Sem esta situação contratual definida como é lógico não podemos avançar para investimentos uma vez que não podemos programar as nossas disponibilidades financeiras. § A taxa a pagar ao município conforme temos vindo a referir, julgamos ser claramente o único ponto de discórdia entre a CMM e esta empresa, não obstante os dados concretos apresentados por nós que provam que o valor pretendido pela CMM não é um valor sustentável nesta indústria, que paga cinquenta cêntimos por cada metro cúbico de água engarrafada é impossível, uma vez que o mercado da água engarrafada tem vindo a reduzir preços nos últimos dez anos, o que facilmente verificamos pelos preços praticados nas grandes superfícies comerciais, nem a intervenção do Secretário de Estado da Economia, nem a apresentação de um contrato da tutela em que numa situação idêntica onde o valor pago é de vinte e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

cinco cêntimos o metro cúbico ou que a Luso paga vinte cêntimos o metro cúbico foram suficientes para provar à CMM que está erra e que deve alterar a sua posição. § Neste momento perdemos o nosso maior cliente, a SONAE, não conseguimos atempadamente criar as condições necessárias para garantir o seu abastecimento, sentimos com tristeza que o esforço de todas as pessoas que nos últimos anos trabalharam vinte e quatro horas por dia, para esta empresa sobreviver foi em vão, conseguimos arranjar os clientes, conseguimos arranjar os apoios só não conseguimos que a CMM alterasse o contrato com esta empresa. § Por favor Senhor Presidente, aceda e aceite a nossa proposta para o bem desta empresa, dos seus funcionários e colaboradores, prazo de carência de cinco anos para tentarmos relançar o projecto e vinte e cinco cêntimos o metro cúbico pela água engarrafada, a iniciar o pagamento em Janeiro de dois mil e catorze. Queremos também solicitar a cessão contratual a favor da Glaciar Indústria, s.a., empresa que detém o capital da Da Nascente mantendo todas as obrigações e deveres para com a CMM, como é público a Da Nascente saiu da insolvência em trinta e um de Dezembro de dois mil e oito e tem pela frente um período de oito anos para cumprir o plano, período este em que terá claras dificuldades de negociar com a Banca para poder investir. § Esclarecemos também à CMM, que os nossos principais activos são os nossos funcionários e os nossos clientes uma vez que sem os primeiros a água não será engarrafada e sem os segundos a água apenas servirá para aumentar o caudal do rio Zêzere. § Como bem sabe a água não é uma activo mas sim a nossa principal matéria-prima e por isso nunca poderemos pagar por ela mais que os nossos concorrentes. § E se até hoje nunca liquidámos qualquer valor sobre a água à CMM é porque não era devido, uma vez que contratualmente temos uma carência que terminou em dois mil e oito, por outro lado a CMM informou que até ao fim da insolvência não cobraria qualquer taxa, conforme já referimos a insolvência terminou apenas em Dezembro de dois mil e oito. § Entendemos também que os volumes da água engarrafada anualmente serão fornecidos como já acordado entre nós, pelo Revisor Oficial de Contas, aquando da apresentação do seu relatório anual em Julho do ano seguinte. § Vimos também perguntar e citando o seu último fax “A Câmara até agora fez tudo para que a Da Nascente tenha sucesso...”, agradeço que nos diga o que é que a CMM fez, e que cláusulas contratuais é que a Da Nascente não cumpriu, porque até hoje a CMM só cobrou, multou, embargo, e nunca resolveu, julgo que seja claro que é necessário o Senhor Presidente tirar uns minutos da sua extremamente ocupada agenda para dar atenção ao nosso caso, uma vez que é uma realidade que somos a maior empresa industrial e o segundo maior empregador do concelho, e que está prestes a encerrar portas por problemas contratuais e de licenciamento que tem com a CMM, olhe à sua volta e veja a realidade, a crise económica, o desemprego, as empresas com dificuldades, empresas a falir, as pessoas que abandonam o nosso concelho por falta de trabalho. § Neste momento a CMM está a criar incentivos para criar novos postos de trabalho. § Mas a pergunta que fazemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

é o que vai fazer pelos existentes? § Pedimos ao Senhor Presidente que aja rapidamente e que durante a próxima semana apresente uma solução a esta empresa e seus funcionários. § Com os nossos melhores cumprimentos», assinado por Miguel Paulino, Presidente do Conselho de Administração da Da Nascente, S.A., e datado de vinte de Fevereiro de dois mil e nove. O Senhor Município entregou também à Mesa da Assembleia um rótulo da empresa Continente, com o novo fornecedor.-----

-----O Senhor Município José Manuel Pombo apresentou três questões a esta Assembleia. Em primeiro lugar, na última assembleia alertou para a degradação do Centro Histórico de Manteigas e registou com agrado que dois dias depois os funcionários da Câmara andavam a fazer reparações. Referiu depois que a obra foi executada há três anos e a lei obriga a um prazo de garantia de cinco anos, pelo que gostaria de saber se a obra já foi entregue, se a Câmara assumiu algum compromisso com o empreiteiro ou se o empreiteiro indemniza a Câmara pelas reparações que esta tem feito. Em segundo lugar, referiu um abaixo-assinado patente no *site* da Câmara Municipal, relativamente ao encerramento do SAP em Manteigas. Pergunta como pôde a Câmara, ou alguém responsável, colocar tal abaixo-assinado quando o encerramento do SAP é ‘uma pura mentira’. Em terceiro lugar, e já que estamos em Vale de Amoreira, leu no programa eleitoral do PSD que iria ser feito aqui um campo de golfe. Pergunta em que situação se encontra o campo de golfe de Vale de Amoreira.-----

-----PONTO 1.2. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

----- RESPOSTA ÀS QUESTÕES ANTERIORMENTE COLOCADAS PELO PÚBLICO -----

-----O Senhor Presidente da Mesa, não havendo ninguém por parte da Câmara Municipal disponível para responder ao público, disse ao primeiro interventor, Senhor Doutor Luís Melo, que não tem dados mas que obterá as informações necessárias para lhe responder directamente em tempo oportuno. Dirigindo-se depois ao Senhor Município Nuno Rosa, disse que este assunto é melindroso e procurará saber em concreto o que se passa — os senhores deputados têm na sua posse alguma informação que teve a preocupação de colher junto da Câmara ainda esta tarde e poderão solicitar quaisquer outros elementos que entendam necessários. Além disso foi agora confrontado com a entrega de um documento que irá analisar e oportunamente terá o cuidado de responder. Quanto ao Senhor Município José Manuel Pombo disse que também não pode responder sobre a questão da entrega e garantia da obra do Centro Histórico; sobre o abaixo-assinado, não sabe quem o colocou no *site* da Câmara, considera extemporâneo o Senhor Município dizer que não passa de uma mentira e convidou-o a ficar até ao fim da sessão pois este assunto é objecto do último ponto da ordem de trabalhos; quanto ao campo de golfe de Vale de Amoreira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

disse que este assunto vinha sendo analisado e considerado pela Câmara, foram feitos estudos e, tanto quanto sabe, a situação neste momento não é muito favorável mas este projecto ainda não foi posto de lado — é um projecto em carteira. Perguntou depois se havia algum deputado ou elemento da Câmara que quisesse também responder. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à primeira intervenção, disse que nunca houve qualquer incompatibilidade entre Compartes e Câmara Municipal de Manteigas. Foi o Senhor Presidente da Câmara que começou a segunda fase do compartio e o retorno do que era dos Compartes aos Compartes. Relativamente à questão da água da fonte Paulo Luís Martins e da lei da água, disse que o processo foi mal elaborado pelo Senhor Doutor: é uma água de nascente, licenciada como tal e quem pediu o licenciamento pediu também a licença de exploração. Disse também que há uma concessão à Câmara Municipal, feita pelo Estado e publicada durante a vigência do mandato do Senhor Munícipe na Assembleia Municipal. Além disso, a lei da água sobrepõe-se a toda e qualquer posse do terreno. Há também uma licença de exploração industrial, que foi sendo prorrogada e que espera que esteja em nome da Da Nascente, porque não tem qualquer documento que o comprove. Relativamente ao posto de venda, esclareceu que a Câmara sempre utilizou aquele espaço e em instalações dos Serviços Florestais 'ninguém toca'. Passou depois a responder ao Senhor Munícipe Nuno Rosa (que solicita um consenso com a Administração) e ao Senhor Munícipe Miguel Paulino. Considerou a intervenção deste criticável a todos os níveis: primeiro, porque falta à verdade; depois porque chama irresponsável à Câmara quando a sua atitude é que o tem sido. O Senhor Presidente da Câmara tem provas documentais exógenas à Câmara Municipal, distribuídas aos senhores deputados municipais. É mentira que a Da Nascente ande a negociar com a Câmara Municipal há dois anos; o Senhor Presidente da Câmara negociou com o Senhor Munícipe, tendo-se inclusive deslocado a Santarém para entender do seu interesse em comprar a Da Nascente, quando esta estava ainda em processo de insolvência e como apetente adquirente desde processo. O Senhor Munícipe esquece estas coisas e lembrou que na altura não era a Da Nascente que estava a falar, era o doutor Paulino. "Falámos consigo durante dois anos, dois anos e meio, subseqüentemente foram falhas sucessivas da sua parte, e falámos consigo em representação da firma quando havia um administrador judicial porque entendíamos que o processo se havia de resolver se o senhor ficasse à frente deste processo. Veja bem que não foi a Da Nascente a falar connosco, foi sempre o senhor. E o senhor com uma delegação de competências de tal maneira que nós questionámos, e questionámos junto do Juiz. Não gastámos dinheiro nenhum com isso, a única coisa que fizemos foi um ofício a perguntar ao Senhor Doutor Juiz se o administrador da insolvência poderia delegar em si sem que houvesse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

assembleia de credores para as questões concretas. Porque o senhor tinha uma procuração genérica e não para questões concretas, e estava-se a falar concretamente de uma licença de construção e de uma licença de alteração de loteamento. Foi isto que nós questionámos”. Disse também que o Senhor Município nunca respondeu a quatro ou cinco perguntas que a Câmara colocou, e que estão pendentes, e agora acabou por dizer que tentou fazer um contrato de subconcessão a uma firma chamada Glaciar, que a Câmara não sancionou porque o contrato que tem é com a Da Nascente e o Senhor não tinha autorização nem da Câmara nem do Ministério para o fazer. Acha que isto são formas enviesadas de tratar as questões. A Glaciar é a Glaciar e a Da Nascente é a Da Nascente e não sabe que contrato tem o Senhor Doutor com a Glaciar. O Senhor Presidente pediu-lhe que informasse se as licenças de estabelecimento e de exploração industrial, que foi agora questionada noutro contexto por um outro município, estavam em dia e em nome de quem e a resposta que obteve foi que estavam em dia, sem referir como ou quando; perguntou-lhe se a Da Nascente foi objecto de concessão ou subconcessão a terceiros e foi-lhe mostrado um contrato que não tinha sido executado, pelo que o Senhor Presidente da Câmara não o viabilizou porque a Câmara só tem a ver com a empresa Da Nascente; perguntou-lhe qual o caudal que vinha na conduta, se gastava metade ou mais de metade da água, conforme cláusula contratual, e não obteve resposta; perguntou-lhe para onde estavam a ser encaminhados os efluentes e foi-lhe dito que uns estavam a ser canalizados para os efluentes domésticos e outros para uma ETAR, quando a Câmara nunca licenciou uma ETAR em Manteigas para aquela empresa e não tem conhecimento que haja algum licenciamento da tutela para o efeito; pediu-lhe que apresentasse documentos da gestão previsional para justificar prorrogação de período sem pagamento de verbas ou pagamentos abaixo do estipulado, tendo recebido por resposta “a firma é minha, eu não tenho nada que informar ninguém”; pediu-lhe planos financeiros e de investimento, ou outros, que demonstrassem a viabilidade da firma, no sentido de saber qual era o papel da água na firma, e não recebeu resposta. Disse que tem um contrato com a firma Da Nascente, que está em vigor, e que o presidente do conselho de administração quer alterar; tem toda a legitimidade para o pedir, circunscrevendo-se às condições e ao que é exigível num contrato, ou seja que nenhuma das partes fique submetida à outra parte — cada uma delas tem de defender os seus interesses, mas tem de se fazer um acordo. Mas para esse efeito a Câmara precisa de saber quanta água vendeu, uma vez que a firma já deve água desde Janeiro de dois mil e oito, o que não sabe por não lhe foi dito. Além disso, conforme o dinheiro que a empresa pretende que a Câmara lhe dê, assim o Senhor Presidente saberá se é a Câmara ou esta Assembleia quem decide, pois há valores a partir dos quais a Câmara não pode decidir. Por outro lado, a água é maté-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ria-prima que é riqueza do concelho de Manteigas. Só faltava agora que, quanto às outras riquezas – madeira e pedra, os empresários lhe viessem dizer que as queriam gratuitamente. O contrato de exploração da água é o activo mais importante que a Da Nascente tem e só faltava que o Senhor Munícipe fosse junto dos fornecedores de plásticos dizer que os queria ‘de borla’ porque quer viabilizar a empresa. O contrato está em vigor, o Senhor não o quer respeitar, quer negociá-lo e a Câmara está disposta a isso, especialmente por causa dos trabalhadores. Referiu que o contrato tinha como contrapartida a construção de uma conduta para transporte da água, da qual metade seria para abastecimento do município e a outra metade para exploração da Da Nascente – e agora a empresa quer a água toda e que a Câmara encontre outras formas de abastecer água ao município. Outra contrapartida era a taxa de dois euros e cinquenta cêntimos ao fim de dez anos — a Da Nascente contrapõe agora, mais uma vez, um período de carência e começa com uma verba que já esteve nos dez cêntimos e vai dos dezasseis aos vinte cêntimos, num prazo de cinco anos, primeiro por água vendida e agora por água vendida a custos diferentes de zero, adulterando o contrato inicial, que era por água utilizada. Há um contrato sem prazo, e a Da Nascente propõe um prazo de quarenta anos, renovável por mais trinta e mais vinte, e a contrapartida que dá é zero, até ao momento. Depois, a Administração da empresa vai dizer aos trabalhadores que a Câmara não quer negociar, quando esta não pediu um tostão à empresa, quando aquela faz obras sem licenciamento, quando gasta mais de metade do caudal transportado, condicionando a Câmara no abastecimento à população. Na documentação entregue aos senhores deputados está patente o calendário de todas as negociações e o que foi proposto. O Senhor Presidente pediu, pede e exige que o Senhor Paulino apresente um plano do quê e como vai fazer para a empresa vingar. O que preocupa muito o Senhor Presidente da Câmara são os trabalhadores e disse que é bom que a informação que tem da SONAE seja corrigida, porque o que lhe foi dito hoje é que não há nenhum corte de contratualização. O que a Câmara pediu e pretende da Da Nascente é o seguinte: primeiro, que seja revisto o prazo contratual, exigência aliás da Inspeção-Geral de Finanças; segundo, adopção de um critério em relação à água fornecida; terceiro, que fosse definido o preço do bem que se chama água; quarto, qual é o titular e a validade das licenças; quinto, se há possível concessão à Glaciar Industrial, s.a.; sexto, qual o volume de água vendida; sétimo, qual o plano de gestão a médio prazo; oitavo, qual o valor das vendas desde Janeiro de dois mil e oito; nono, quando vai fazer o licenciamento das obras. Com todas estas questões por responder, disse o Senhor Presidente da Câmara que “este senhor tem o desvelo de dizer que irresponsavelmente a Câmara não quer rever o contrato” e acrescentou que a rever o contrato, neste momento, será só em função dos postos de trabalho. “Estamos a falar de dinheiro público, esta-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

mos a falar de manteiguenses e não se atribua aos trabalhadores incompetências gestionárias e funcionais pois, pelos vistos, o produto tem saída, tem escoamento; para a Câmara os trabalhadores são bons, assim o garantem as centenas de camiões que lá têm parado para carregar o produto, e a questão que se põe é se os gestores são bons”. Na sua opinião, se fossem bons teriam assumido as suas obrigações quando assumiram o contrato na insolvência. A finalizar, disse que a Câmara continua disponível para negociar e avisou que se o negócio for ‘grande o suficiente’ terá de vir à Assembleia Municipal para ser aprovado. Passou depois a responder ao Senhor Município José Manuel Pombo, dizendo que há garantia da obra no Centro Histórico e que os trabalhadores da Câmara que ali intervieram fizeram-no para situações imediatistas e pontuais; quanto ao campo de golfe, segundo a especialista na matéria, há condições óptimas e invejáveis para se fazer em Vale de Amoreira um campo de golfe a complementar o da Gaia — foi equacionado, foram pedidos estudos a especialistas do golfe e o processo não está posto de lado; relativamente ao abaixo-assinado sobre o Centro de Saúde de Manteigas, deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente para responder ao Senhor Município.-----

-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu que é mentira que alguma vez se tenha dito que o SAP iria encerrar; o abaixo-assinado tinha a negrito, no topo, uma expressão do género ‘caso se venha a confirmar o encerramento do SAP enviaremos o presente abaixo-assinado à Senhora Ministra da Saúde’ e, sem contacto directo com ninguém, ao fim de duas semanas havia setecentas subscrições. Dando a sua opinião pessoal, disse que o SAP vai encerrar mal haja eleições legislativas. O que a Senhora Ministra e o Ministério da Saúde repetidamente disseram foi que estava previsto o encerramento dos quarenta e seis SAP que ainda estão abertos, que a média de atendimento em Manteigas é, se não a mais baixa, das mais baixas do país e a Senhora Ministra acha muito dispendioso manter os SAP abertos e prefere instalar três helicópteros no Norte e no Centro (nós ficamos com um helicóptero em Aguiar da Beira) para colmatar o encerramento dos SAP. A disposição para encerrar os SAP é comprovada pela abertura do concurso para aquisição dos helicópteros, suspenso a certa altura porque o INEM não tinha dinheiro para o efeito. Pediu, finalmente, que estvéssemos atentos depois das eleições legislativas, porque até lá não encerra mais nenhum SAP.-----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho disse que o seu pedido de intervenção ia no sentido de solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que desse a explicação que estava a ser solicitada pelos trabalhadores da Glaciar e pelo Senhor Doutor Miguel Paulino. De qualquer forma, e porque parece que já tudo foi dito, não lhe parece que estejam esgotadas todas as hipóteses de negociação e pediu que não se ficasse com a ideia que não há uma solução para este caso. Há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

imprecisões de parte a parte, há alguma pressão, mas essencialmente da parte da empresa e não sabe com que legitimidade, e a Câmara foi acusada de alguma morosidade no processo, razão que assiste à empresa embora a culpa não seja exclusivamente da Câmara. Disse que faz parte do Executivo da Câmara e não gostou de se ver envolvido na questão da morosidade, pois sempre que foi solicitado esteve presente nas reuniões, corroborou sempre as opiniões da maioria, sempre convicto que eram as melhores propostas para a empresa, e nunca lhe pareceu que houvesse da parte de quem estava perante os documentos que eram apresentados qualquer intenção de inviabilizar o processo. Antes pelo contrário, e pediu que ficasse bem claro, a tentativa de todos os elementos do Executivo foi sempre levar a melhor no que diz respeito ao desenvolvimento do concelho de Manteigas, nomeadamente à qualidade de vida dos trabalhadores da empresa Da Nascente. É verdade que não assistiu a outras reuniões e negociações porque a Câmara estava legitimamente representada pelo Senhor Presidente da Câmara, mas também é verdade que em todas as reuniões onde esteve presente se chegou a posições concretas e consensuais entre todos, de forma a apresentá-las à empresa para se encontrar uma solução o mais rápido possível. Não lhe parece que estejam em causa os postos de trabalho, porque não lhe parece que haja má vontade seja de quem for para resolver este problema. A Câmara tem que o resolver a contento e a empresa não está em Manteigas apenas e só para facturar lucro: está para, de acordo com as disposições municipais, cumprir a legislação e também, de acordo com todas as responsabilidades que tem na empresa para com os trabalhadores, ajudar a resolver este problema. Há necessidade urgente de o resolver e há condições para o fazer. Quis, pois, dizer aos trabalhadores que não pensem, só porque se extremaram aqui posições, que a fábrica poderá fechar (isso quem poderá dizer é o dono da empresa) ou que haverá inviabilização por parte da Câmara — de certeza que não. A empresa tem que descer do pedestal em que se colocou e ceder à Câmara toda a documentação que é solicitada para que esta possa avaliar os preços a cobrar à empresa Da Nascente. Se isto acontecer, está convencido que não será necessário utilizar trabalhadores, população ou posições menos correctas para levar avante o processo de negociação. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara voltou a intervir para dizer que em dois mil e sete houve negociações e houve um interregno, por parte da Da Nascente, até Março de dois mil e oito. Estas negociações foram sempre exploradas negativamente por parte da empresa: mais uma exigência, mais oito anos de carência para esta firma. Uma firma que entra num processo de insolvência, conhece os dossiês, conhece os credores e faz um plano para os credores, deve dinheiro à Câmara Municipal deste ano inteiro — a julgar pelo IVA, é muito dinheiro, mas o Senhor Presiden-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

te nem quer entrar por aí porque se calhar teria de alterar o plano de insolvência relativamente ao seu financiamento —, a Câmara não disse nada, facilitou tudo, não tem respostas adequadas, tem o calendário absoluto das negociações e das interrupções por parte de alguém, em representação da Da Nascente, que estava em insolvência (o acórdão só acontece posteriormente). Disse ainda que a Câmara foi informada pelas Finanças que há IVA para receber, por parte da Glaciar, na ordem das centenas de milhares de euros, o que significa que a Da Nascente está marginal nesta matéria. O contrato que a Câmara tem é com a Da Nascente e alguém tem de explicar este processo. É isto que tem de ser explicado, pois a verdade acima de tudo.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa disse que os esclarecimentos sobre este assunto foram prestados, os senhores deputados têm a documentação entregue pela Câmara e as cartas e ofícios podem ser consultados, estando inclusive na internet. Na sua primeira intervenção procurou não dizer nada mas, na sequência das intervenções do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho e com base na documentação a que teve acesso, sentese mais à vontade para dar a sua opinião. Não lhe parece que as posições estejam extremadas ao ponto de inviabilizar negociações, ponto a que não poderemos chegar, mas atreve-se a dizer que, perante os volumes e valores de água engarrafada e vendida, esta Assembleia vai ter que se pronunciar sobre este assunto, analisar e emitir opinião consciente, o que retira responsabilidade à Câmara Municipal. Por outro lado, face à troca de correspondência entre as duas entidades, ficou muito surpreendido com o conteúdo do documento entregue a esta Assembleia hoje e registado como Anexo Três a esta acta, de que leu um excerto de um dos últimos parágrafos, “...porque até hoje a CMM só cobrou, multou, embargou, e nunca resolveu...”, o que é totalmente contrário aos outros documentos que tem em seu poder. Disse aos senhores deputados que é com base no que está escrito que teremos de nos pronunciar e não sobre o que foi dito em reuniões ou encontros a que não assistimos. O que é dito neste documento não lhe parece correcto, já que até hoje a Câmara não recebeu rigorosamente nada daquela empresa e a água, claramente, é de Manteigas. E chamou a atenção para o facto de, sendo a água a matéria-prima daquela fábrica, não a pagando, provavelmente é fácil a empresa ter uma contabilidade agradável no final do ano e perguntou como é com as outras empresas que estão em Manteigas, que têm de suportar os custos da matéria-prima para funcionarem. Sem pôr em causa os postos de trabalho destas pessoas que aqui estão, disse que é preciso pensar que há outras empresas no concelho que têm de suportar a matéria-prima para poderem funcionar e esta empresa, em dez ou doze anos de laboração, nunca pagou a matéria-prima — alguma coisa não está bem. Sendo a água um activo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

muito importante do concelho, naturalmente que este tem de tirar proveito desse activo e tem de se encontrar a forma como o fará. Não é com a informação que está documentada que é possível negociar e, através dela, pode afirmar que a Câmara Municipal tem demonstrado preocupação e tem procurado defender os interesses do concelho. Este assunto é melindroso, irá conversar com a Câmara sobre este tema e entrará em contacto com os senhores deputados, porque pode até ser necessária uma assembleia extraordinária brevemente para debater este assunto pois não queremos que a fábrica feche. “Agora que fique claro: pretendemos que esta fábrica esteja em igualdade de circunstâncias com outras que estão no concelho. Isso é inequívoco. E que parte dos resultados que esta fábrica produza fiquem no concelho de Manteigas. E os senhores trabalhadores têm que perceber esta situação, sempre com a preocupação de salvaguardar os vossos postos de trabalho”.

-----O Senhor Deputado Armandino Suzano disse que acha atípico que uma empresa que acaba de sair da insolvência esteja na praça pública. Não toma partido de uma ou outra parte mas acha anormal que o Senhor Presidente da Câmara afirme que a correspondência esteja na internet, o que não considera correcto, porque se houver algum investidor interessado na Glaciar que consulte a internet para saber em que fase está o processo, numa outra possível insolvência, vai subestimar o produto. E também não foi normal o Senhor Presidente da Câmara ter ido a Santarém falar com o Senhor Paulino da insolvência da empresa. O que os trabalhadores querem saber é se podem ter alguma esperança. Também não podemos dizer que é a Assembleia Municipal que vai decidir porque não é verdade. A Câmara é que tem de decidir.

-----O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Deputado que o promitente adquirente dum processo de insolvência em que estava a Da Nascente, Senhor Doutor Paulino, contactou-o primeiro em Manteigas e numa segunda fase, convidou-o para falar sobre a mesma matéria, atendendo a que a concessão é da Câmara de Manteigas, para saber qual era a situação da cedência da Câmara de Manteigas relativamente àquele processo, se era credora e em que fase e com que matéria era credora. O Senhor Presidente da Câmara deslocou-se a Santarém para o informar, e nada mais que isso, a sua solicitação porque ele não podia vir a Manteigas. Em segundo lugar, o Senhor Deputado disse que há um processo que acabou de sair da insolvência, quando o processo já está acabado: a insolvência deu-se, acabou-se, houve o acórdão e está tudo resolvido. E se os montantes que têm que se atribuir àquele firma, por força da água, forem superiores à capacidade da Câmara, é inquestionável que a matéria tem de vir a esta Assembleia para deliberação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho aproveitou a presença dos trabalhadores da empresa para perguntar quem paga os salários, se a Da Nascente, se a Glaciar, tendo o Senhor Nuno Rosa esclarecido que é a Da Nascente. O Senhor Deputado comentou então que a Glaciar é que está a facturar e que há aqui duas situações muito díspares. -----

-----O Senhor Município Luís Melo pediu para intervir de novo para justificar o que afirmou inicialmente, entregando cópia de certidão emitida em vinte e cinco de Agosto de mil novecentos e noventa e dois [ANEXO 4], lendo que “o processo de qualificação como água de nascente da Fonte Paulo Luís Martins se encontra numa fase bastante avançada, na Direcção-Geral de Geologia e Minas. Porém, por parte desta Direcção-Geral, é agora solicitada à Câmara a prova da propriedade da referida nascente”, tendo a Câmara Municipal justificado a propriedade da nascente, no mesmo documento, como “a referida nascente é inequivocamente propriedade da Câmara Municipal que, desde tempos imemoriais, a possui de boa-fé, pacífica e publicamente dela tirando todos os benefícios e proveitos” e, mais à frente, que “existe, na referida nascente, uma inscrição com as iniciais da Câmara Municipal de Manteigas (C.M.M.), perfeitamente visível na envoltória cénica e estética da nascente”. -----

-----O Senhor Deputado Armandino Suzano está preocupado com a convicção que os trabalhadores levam desta Assembleia; se podem acreditar no futuro, se podem acreditar que a empresa vai ser viabilizada.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa considerou lícita esta preocupação do Senhor Deputado mas afirmou que a empresa não pode continuar sem cumprir as obrigações que tem para com a Câmara Municipal, seja este Executivo, seja outro, sob pena de termos uma empresa que no conselho está a funcionar em condições distintas das outras empresas, que fazem muito esforço para se manterem a funcionar. Passou de seguida ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- PONTO 2.1 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES -----

-----O Senhor Presidente disse que, em virtude de ter havido deputados que não receberam as actas, este ponto ficou adiado para a próxima Assembleia. -----

----- PONTO 2.2 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES -----

----- *Correspondência recebida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal:* -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses:-----

----- — Circulares cobrindo o envio dos boletins números cento e setenta e cinco e cento e setenta e seis [ANEXO 5] e [ANEXO 6]; -----

----- — Circular, segundo anúncio, sugerindo a inscrição nos XXIV Estados Gerais dos Municípios e Regiões da Europa, que ser realizará em Malmo entre vinte e dois e vinte e quatro de Abril de dois mil e nove [ANEXO 7]-----

----- — Fax enviando o Parecer da ANMP sobre a Proposta de Lei número duzentos e quarenta e sete barra X [ANEXO 8]-----

----- De outras entidades:-----

----- — Fax do Presidente da Câmara Municipal da Covilhã enviando cópia do Comunicado referente ao Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela [ANEXO 9];-----

----- — Convite do Grupo Parlamentar “Os Verdes” para audição pública parlamentar sobre “O Regime Jurídico dos Bens do Domínio Público” [ANEXO 10];-----

----- — Convocatória da Assembleia Distrital da Guarda para uma assembleia extraordinária para discussão e aprovação do plano de actividades e orçamento ordinário, a ter lugar no dia seis de Fevereiro de dois mil e nove [ANEXO 11];-----

----- — Carta da Omnitur Congressos, enviando propostas de viagem e estadia para a Assembleia dos Estados Gerais em Malmo. [ANEXO 12].-----

----- O Senhor Presidente informou ainda que foi enviada alguma correspondência ao Senhor Deputado Albino Leitão, remetendo a documentação solicitada em Assembleias anteriores e ainda em falta, estando agora concluído o envio dos documentos pedidos. -----

----- *Prestação de informações*:-----

----- Não houve informações do Senhor Presidente ou dos senhores deputados nomeados para representação da Assembleia Municipal.-----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PONTO 3. DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- PONTO 3.1 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE INCENTIVO À CRIAÇÃO DE EMPREGO EM MANTEIGAS -----

----- MANTEIGAS PRÓ-EMPREGO [ANEXO 13] -----

----- O Senhor Presidente disse que, estando inteiramente de acordo com os propósitos e intenção deste documento, relativamente à forma de pagamento do subsídio atribuído, de valor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

significativo, e tendo em conta a caução bancária que tem de garantir o valor que será atribuído, não lhe parece atractiva para a criação dos postos de emprego propostos. Não há facilidade em obter garantias bancárias, que representam crédito e têm custos significativos. Acha que o primeiro pagamento tem de ser uma importância que faça sentir às empresas que vale a pena beneficiar deste programa. -----

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho apresentou algumas dúvidas sobre o texto do Regulamento. No artigo terceiro, número dois, diz que os valores do financiamento “*beneficiarão de uma majoração de vinte por cento nos casos em que os requerentes tenham domicílio fiscal ou sede no concelho de Manteigas*”. Este regulamento é para aplicar no concelho de Manteigas, para a criação de empregos no concelho de Manteigas, daí não perceber de onde vem esta majoração (O Senhor Vice-Presidente esclareceu que se aplica às empresas que tenham sede fora do concelho de Manteigas). No artigo sexto, diz que “*a liquidação do incentivo só se efectivará após a apresentação dos documentos referidos na alínea d) do número anterior*” e o Senhor Deputado acha que deveria ser “do artigo anterior” em vez de “número anterior”, sugestão que foi aceite. Perguntou depois porque se dá mais importância ao documento mencionado na alínea d), tendo o Senhor Presidente da Câmara esclarecido que este é imperativo para a liquidação, sendo os outros obrigatórios. -----

-----O Senhor Deputado Armandino Suzano acha que este regulamento é bom, se vier a dar frutos. Disse que ainda bem que se vai aprovar este regulamento mas que o decreto-lei já é de mil novecentos e noventa e nove e se calhar já se poderia ter visto isto para se poder ter criado outras alternativas. Pensa que neste contexto, todos os empregos que se possam criar são bem-vindos e as Câmaras Municipais podem ajudar. Referiu concretamente os POC (postos ocupacionais do Centro de Emprego), ou seja, se a Câmara precisa de um POC, porque não fazer um contrato, por exemplo de um ano, ajudando assim a viabilizar um emprego, que vai ter direito ao fundo de desemprego? Na questão das limpezas, a Câmara, assim como muitas outras, ‘substitui POC com POC’ e poderia fazer contratos a termo certo, ajudando a diminuir o desemprego.-----

-----O Senhor Presidenta da Câmara esclareceu que a Câmara Municipal de Manteigas pode reclamar-se de ser uma das pioneiras do país a adoptar regulamentos deste género e informou que, já muito depois de ser aprovado em sessão de Câmara, o Governo Central veio a adoptar medidas semelhantes a esta e só lamenta que, depois das promessas nesta área e contrariando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

as informações que o Senhor Primeiro-Ministro deu na altura, não tenha feito nada neste sentido há mais tempo. Disse depois que o decreto-lei referido é um decreto habilitante, porque todos os regulamentos têm de ter sustentação para a sua propositura. A Câmara entendeu, quando constatou que seria difícil aparecer investimento em Manteigas que obviasse o desemprego, que devia avançar com este regulamento. A sua expectativa é a de que esta verba possa vir a ser utilizada particularmente por manteiguenses ou por quem queira criar emprego em Manteigas. Informou que a Câmara tem neste momento três regulamentos sobre esta matéria, legitimados por esta Assembleia e sustentados por este decreto-lei. Mais informou que dois destes programas são cumuláveis, o que significa que neste momento há a possibilidade de obter pelo menos duas fontes de financiamento. *“Temos financiamentos, temos pessoas que sabem e querem trabalhar, só queremos agora é que as pessoas ‘arranquem’ e aproveitem o incentivo. Na altura da SOTAVE a Câmara não tinha capacidade para obviar — apoiou onde foi possível, comprou a Fábrica do Rio que dentro de três meses começará a produzir energia hidroeléctrica”*. A terminar, pediu a todas as forças partidárias que incentivassem esta iniciativa. -----

-----O Senhor Deputado Armandino Suzano referiu que quem está a ensinar Informática na Escola Primária de Manteigas é uma pessoa licenciada que não tem nada a ver com informática para perguntar se é isto que a Câmara entende por pessoas formadas e pediu que se coloquem pessoas credenciadas nos lugares de competência.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, embora tenha sido a Câmara a disponibilizar a Informática na escola, é o Governo quem selecciona, recruta coloca e paga os professores de acordo com as necessidades. -----

-----O Senhor Presidente colocou então **à votação o Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego em Manteigas — Manteigas Pró-Emprego**, que foi **aprovado por unanimidade e por minuta**.-----

----- PONTO 3.2 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- PARECER SOBRE O INTERESSE PÚBLICO E AUSÊNCIA DE ALTERNATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE-----

----- UM LAR DE IDOSOS EM SAMEIRO [ANEXO 14] -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso leu a deliberação, embora sendo a favor porque são sempre a favor da melhoria das condições de vida para as pessoas, gostaria que alguém lhe explicasse melhor o que foi apresentado.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente da Câmara explicou que a Comissão Fabriqueira, através do Centro de Dia, pretende construir um lar de idosos em Sameiro. Tem dois terrenos, um deles em frente ao Centro de Dia e um outro frente à Igreja Matriz. O terreno frente à igreja não tem condições minimamente qualificadas para o efeito nem de acessibilidade; o outro tem condições mas está implantado em área qualificada como reserva agrícola e reserva ecológica. O que o proponente pretende é que alguém diga que o terreno tem utilidade pública para ser declarado para o efeito. --

-----Não havendo mais questões a colocar, o Senhor Presidente pôs à **votação o documento** acima referido, que foi **aprovado por unanimidade e por minuta**. O Parecer desta Assembleia Municipal é, pois, favorável no sentido de declarar de interesse público o terreno do Centro Paroquial de Sameiro, sinalizado na Carta de ordenamento do aglomerado de Sameiro anexa à minuta da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária realizada no dia onze de Fevereiro de dois mil e nove, de forma a permitir a construção, no referido terreno de um Lar de Idosos conforme planta que acompanha a minuta de deliberação da Câmara Municipal mencionada em epígrafe. -----

----- PONTO 3.3 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

-----INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL [ANEXO 15] -----

----- Não houve interessados em intervir neste ponto da ordem de trabalhos. -----

----- PONTO 4. DA ORDEM DE TRABALHOS -----

-----APRECIACÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

-----O Senhor Presidente esclareceu que, no seguimento de uma solicitação atempada do Senhor Deputado Albino Cardoso para inscrever na ordem de trabalhos um debate sobre o SAP de Manteigas e um outro sobre o Boletim Municipal, foi enviada aos Senhores Deputados uma adenda à convocatória para esta sessão.-----

----- PONTO 4.1 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- DEBATE SOBRE O SAP DE MANTEIGAS -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso fez uma correcção, dizendo que este assunto e o do ponto que se segue foram pedidos na assembleia extraordinária de dezasseis de Janeiro de dois mil e nove, para constarem no período da ordem do dia da primeira assembleia ordinária que se lhe seguisse, e que é esta. Quando recebeu a convocatória, constatou que não estavam inscritos na ordem do dia e, após o contacto com o Senhor Presidente no sentido de os incluir na agenda,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

esperava que os mesmos tivessem sido numerados no período da ordem do dia e não em outros assuntos. Nas condições em que recebeu esta comunicação escrita, entende que estes assuntos têm toda a dignidade para serem mencionados como pontos únicos na convocatória da próxima assembleia ordinária, até porque já surgiram nesta assembleia intervenções que merecem considerandos. Além disso, são dois temas muito queridos aos membros do Partido Socialista, em especial o SAP, que defendem intransigentemente, mas de uma forma organizada. -----

-----A par desse mesmo tema e porque é igualmente pertinente, os senhores deputados receberam alguns pareceres sobre a questão da água e do saneamento e pretendem que esse tema seja também incluído na ordem do dia da assembleia a realizar em Abril próximo. Porque se trata de um assunto melindroso, como já hoje foi apresentado, pretendem também que seja discutido em ponto próprio. -----

-----Falando depois dos outros assuntos, o Senhor Deputado pediu encarecidamente ao Senhor Presidente — que é o interlocutor mais indicado —, que o assunto da Da Nascente seja encarado com a maior atenção de forma que não haja nenhuma possibilidade de interrupção da laboração da empresa e que não fiquem em risco os postos de trabalho da empresa. Entendem os membros do Partido Socialista que devem ser salvaguardadas as responsabilidades da autarquia mas também entendem que a autarquia só pode sobreviver com os cidadãos, pelo que as consequências do encerramento daquela unidade serão bastante negativas. A maioria dos trabalhadores são jovens e, com a falta de investimento e de emprego em Manteigas, podemos antever o que pode acontecer: poderemos ter de enfrentar consequências imprevisíveis e descontroladas, que todos lamentaremos. -----

-----O Senhor Presidente disse que não vai retirar os pontos quatro um e quatro dois da ordem de trabalhos porque, na qualidade de Presidente da Mesa e como sempre o faz, apresentou ao Senhor Deputado Albino Leitão, representante tácito dos membros do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, a ordem de trabalhos e perguntou-lhe se havia algum tema que o Partido Socialista quisesse ver incluído na agenda, tendo recebido por resposta uma negativa. Mais ainda, perguntou ao Senhor Deputado qual a data que mais convinha, vinte ou vinte e sete de Fevereiro. Quando o Senhor Deputado Albino Cardoso falou nestes dois temas, o Senhor Presidente explicou porque não foram incluídos na ordem do dia e o Senhor Deputado disse que era importante que se dissesse aos senhores deputados que os temas iriam ser discutidos para que viessem preparados para o debate. O Senhor Presidente questionou nessa altura a Câmara sobre esta questão, tendo colhido a opinião de que esta solução era preferível, para não alterar a nume-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ração da ordem de trabalhos. Afirmou que considera que os assuntos não diminuem de importância pelo facto de serem integrados no ponto três ou no ponto quatro. Além disso, como sugerido pelo Senhor Deputado, deu conhecimento aos outros elementos da Assembleia que no ponto quatro se iria falar destes dois temas, para os mesmos se preparem para os debates. -----

-----Disse depois que, se algum dos senhores deputados não se quiser pronunciar sobre este tema quando der a palavra, não tem problemas em adiar estes dois assuntos para a próxima assembleia, comentando, contudo, que é por estas e por outras razões que por vezes estes assuntos se arrastam. Por muito que o Senhor Deputado o justifique, o Senhor Presidente, pessoalmente, não compreende a sua tomada de posição. Perguntou depois se algum dos senhores deputados se queria pronunciar sobre este ponto da ordem de trabalhos. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso disse que é verdade o que o Senhor Presidente disse mas também é verdade que disse que pensava que o assunto do SAP estava resolvido. Disse depois que, quando um deputado pede o agendamento de um assunto, sem que ele diga “o assunto está arrumado”, este deve ser agendado na ordem do dia. Quanto à explicação de ter sido contactado o Senhor Deputado Albino Leitão, disse que qualquer deputado pode pedir o agendamento de um assunto para a Assembleia e não deve subalternização a qualquer colega de bancada. Em terceiro lugar, na assembleia em que se pediu o agendamento do assunto, o Senhor Deputado Albino Leitão não estava presente e não tinha necessidade, nem obrigação, de lhe perguntar se o Senhor Deputado queria agendar alguma coisa, porque todos somos responsáveis. Quando lhe pediu que o mesmo fosse agendado em número próprio foi para que o mesmo fosse objecto de alguma deliberação, o que não pode acontecer nestas circunstâncias. Por último, disse que no ponto quatro, ‘outros assuntos’, não há qualquer assunto que mereça ser agendado, por uma questão de princípio e de ética. Reconheceu, também, uma falha da sua parte porque, de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, para fazer constar em ordem do dia um tema, teria de solicitá-lo por escrito. No entanto, porque o pediu em pleno curso de uma assembleia, como o fez em Janeiro, escusou-se a solicitá-lo por escrito. -----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares disse que o Grupo Municipal do PSD está preparado para debater este assunto do SAP, que já causou alguma celeuma na penúltima Assembleia quando propôs um voto de protesto sobre o eventual encerramento do SAP, mas vêem com bons olhos que haja um adiamento para se poder deliberar sobre o assunto. Aproveitou para subscrever o pedido de agendamento do Parecer da DGAL, que foi solicitado na sequência da assembleia extraordinária de Julho do ano passado, sobre as tarifas de água e de saneamento. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Deputado Umberto Leitão lamentou o corte de árvores que se vai fazendo na vila e no concelho, parecendo-lhe que aos poucos se vai perdendo o nosso património florestal, que leva bastantes anos a repor. Isto vem a propósito de uma cortada na Estrada Nacional 232, em que as árvores estão marcadas com números, e perguntou se o Senhor Presidente da Câmara sabe do que se trata, se será para abate. Caso não saiba e venha a apurar que o são, pediu que se lute para que aquelas árvores não caiam, porque há pinheiros seculares em risco. -----

-----O Senhor Deputado José Quaresma Domingos disse que contactou o Instituto de Estradas de Portugal e sabe que o abate, ou não, de árvores ao longo da estrada é inteiramente da responsabilidade deste organismo. Disse também que o que se está a passar é o que foi anunciado em sessão solene na Câmara Municipal, onde se disse “vamos compensar Manteigas com o benefício da Estrada 232, etc.” pela ‘perda dos túneis da Serra da Estrela’, o que muito o decepciona. Os pinheiros referidos estão marcados para serem abatidos e nem a Câmara nem a Junta de Freguesia de Santa Maria terão direito ao material lenhoso, o qual será entregue à empresa que vai executar a obra. Na sua opinião, isto é muito grave, mas os taludes junto às estradas são território do Instituto de Estradas de Portugal, não é património do município. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso disse que o Partido Socialista de Manteigas não trocou nem negociou nada, com ninguém fora de Manteigas, em relação aos túneis. Continuam a defender que os túneis devem ser feitos. A Lei cento e cinquenta e nove barra noventa e nove, que foi aqui referida e a Lei das Finanças Locais também contemplam isso: temos dois bons instrumentos que podemos apresentar junto do Governo Central para reclamar os túneis. A ligação territorial das vias a fazer pelo Governo não tem que ser uma responsabilidade directa das autarquias, embora seja uma via estruturante porque liga a zona norte à zona sul da Região Centro, e continuamos a ter razões para reclamar que seja feita. Teremos de o fazer, mas não de uma forma dispersa, dividida. Em relação às árvores que existem nos taludes das estradas, pergunta se está escrito em algum lado que os cinco metros junto à estrada pertencem ao organismo tutelado pelo Governo, coisa que ouviu dizer há muitos anos. Antes de ser do Estado, era baldio, pelo que pergunta o que diz a lei dos baldios. São questões que se coloca a si próprio e acha que não é porque alguém diz que aquilo é deles que passa a ser. Pensa que tem de estar escrito nalgum lado que é de alguém; se não estiver, então a autarquia ou os Compartes devem reclamar os direitos sobre aquilo. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse que se já o fez, ainda bem; se for preciso alguma decisão desta Assembleia, então vamos pensar e vamos tomá-la, vamos lutar por aquilo a que temos direito ou pensamos ter. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Deputado José Quaresma Domingos interveio para dizer que o Instituto de Estradas de Portugal tem todo o direito sobre os taludes, e eles provam isso, e também concorda com o Senhor Deputado sobre os túneis: falou bem e que devíamos estar todos unidos. Disse que era assim que devia ser, porque o que um faz de bom, o outro critica, e o que faz de mau um, critica o outro, e, em concelhos como Manteigas, enquanto não se unirem todos para conseguir alguma coisa dificilmente a situação melhorará. -----

-----O Senhor Deputado Umberto Leitão, em relação aos túneis, nomeou as Câmaras interessadas na construção dos túneis, identificando-as por cor política, para dizer que, sendo a maioria do PSD, não se uniram para lutar pelos túneis. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara disse que isto não é uma questão partidária e houve uma atitude concreta que constou aliás de um plano de acção de todas as câmaras da Beira Interior Norte e da Cova da Beira. Portanto, houve intervenção política, pragmática, com valores apresentados para o efeito. Relativamente às Câmaras poderem contratar pessoas, há neste momento dois diplomas do Governo para os empregados com subsídio e para os empregados sem subsídio e com possibilidade de fazerem estágios profissionais, ou de terem apoio relativamente ao desemprego. Relativamente à Da Nascente, parece-lhe que não ficou bem esclarecido, pelo que passou a esclarecer que a Câmara diz assim: *“Respeitando o espírito dos contratos está disponível para equacionar propostas objectivas, devidamente fundamentadas em que as partes vejam equilibradas as suas vantagens quer quanto ao produto quer quanto aos valores financeiros a aprovar em estância e competência própria. Tudo isto porque a Câmara reconhece na Da Nascente a sua importância socioeconómica e considera que os trabalhadores são um activo da empresa e do concelho e não é nem quer ser parte do problema, antes quer ser uma solução”*. Disse isto no dia dois de Fevereiro e no dia treze escreveu a mesma coisa: *“A Câmara até agora tudo fez para que a Da Nascente tenha sucesso e declina qualquer responsabilidade económica e social. Aliás, foi principalmente o aspecto social e o respeito pelos trabalhadores que tem justificado que se tenha mantido em pendência a exigência do cumprimento das cláusulas contratuais em vigor.”* Disse que não só somos pelos trabalhadores, e acima de tudo por eles, como não fizemos a Da Nascente pagar um tostão, e era isso que queria que ficasse bem claro porque parece que não resultou tão bem assim daquilo que aqui foi dito. Relativamente ao património florestal, crê que há legislação a dizer que há um afastamento obrigatório da estrada, essencialmente quando o talude pode ter algum desequilíbrio em relação à plataforma e, para proteger isso, sabemos que as construções são impedidas até dez metros da berma da estrada, para cada lado. Isto é a regra

